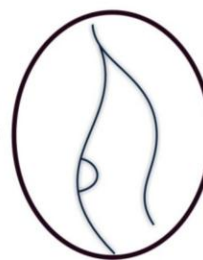

SANTOS, Antonio Miranda dos (2017)

**INTERFACE**
ISSN 2448-2064

90

Povoado Canela em Palmas – TO: lugar e reassentamento

Canela settlement in Palmas – TO: place and resettlement

Antonio Miranda dos Santos¹santosmirandaa@gmail.com

Resumo: Este trabalho apresenta uma discussão sobre a população do antigo povoado Canela, antes localizado à margem direita do rio Tocantins. Os impactos sofridos com o reassentamento após a formação do lago em decorrência da construção da Usina Luís Eduardo Magalhães. E a concepção do conceito de lugar neste processo. A população do povoado canela, tinha um sentimento de pertencimento pelo lugar. As relações de vizinhança e familiar definiam o comportamento dos habitantes. Essas relações sofrem um hiato à medida que ocorre a relocação, causando assim um rompimento profundo no modo de vida de cada família relocada. A insatisfação com o novo, principalmente, por ter que sair do antigo lugar é visível nos depoimentos dos moradores. O moderno para o capitalismo torna-se insano para quem dele não há dependência vital. O discurso desenvolvimentista não convenceu a população no lugar (Canela), pois todo o processo de relocação ocorreu de forma compulsória. Porém, esses discursos (desenvolvimentistas) constituem símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade, destrói a relação do homem com a natureza.

Palavras-chave: Povoado Canela, Usina, Reassentamento, Lugar, Tocantins.

Abstract: This work presents a discussion about the population of the former Canela settlement, previously located on the right bank of the Tocantins River, impacted by the formation of the water reservoir of the Luís Eduardo Magalhães hydroelectric power plant, on the Tocantins River, located in the central region of Tocantins State. In the work is taken as reference the conception of place in this process.

The population of the Cinnamon village had a sense of belonging to the place. Neighborhood and family relations defined the behavior of the inhabitants. These relationships suffer a hiatus as relocation occurs, thus causing a profound break in the way of life of each relocated family. The dissatisfaction with the new, mainly, to have to leave the old place is visible in the testimonials of the residents.

The modern for capitalism becomes insane for those who do not have vital dependence. The developmental discourse did not convince the population in the place (Canela), because all the process of relocation occurred of compulsory form. However, these discourses (developmentalists) are symbols that allow us to accept the rationality of the object that, in reality, destroys the relation of man to nature.

Keywords: Canela Settlement, Power Plant, Resettlement, Place, Tocantins.

¹ Historiador e Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia, Campus de Porto Nacional – UFT

1 - Introdução

Este artigo é fruto de uma monografia em História Social defendida por mim em 1996. O interesse em estudar o antigo povoado Canela e o reassentamento da população para o Centro Diretor de Palmas, Arne 64 (508 Norte) decorrente da construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães - UHE do Lajeado² se dá à minha formação de historiador e, agora, mestrando em geografia. Enquanto historiador, investigar a cultura nos seus mais diversos aspectos, levando em consideração a dinâmica histórica. E, em especial como geógrafo, discutir a relocação da população do Canela, compulsoriamente reassentada no Plano Diretor de Palmas, fazendo uma abordagem do conceito de lugar.

91

2. O povoado Canela

O Povoado do Canela situava-se à margem direita do rio Tocantins, distando 10 km do centro da capital Palmas, e estava assentado numa área de 219.339ha. O acesso era através da TO-080, estrada pavimentada que também dava acesso à antiga praia da Graciosa. O Canela pertenceu inicialmente ao município de Porto Nacional. A economia baseava-se na criação de gado e produção agrícola de subsistência, nas vastas extensões de terras devolutas. As famílias iam se organizando, construindo novas casas à medida que seus membros formavam outros núcleos familiares. Essa comunidade fundamentou o seu modo de vida na unidade de produção familiar, podendo ser visto como um aglomerado camponês, uma vez que toda a sua estrutura social estava baseada no trabalho com a terra e na produção familiar, através da família elementar: pai, mãe e filhos.

A vida no Canela seguia o ritmo do rio Tocantins, uma das bases de sustentação do povoado. Da irrigação dos seus roçados e hortas, da produção de puba da mandioca para o fabrico da farinha, o rio também fornecia o peixe. Os moradores praticavam a pesca artesanal com anzol, durante todo o ano.

3. O estado do Tocantins e a política desenvolvimentista

Com a criação do estado do Tocantins, através da Constituição Federal, promulgada em 05 de outubro de 1988, vem à tona a proposta de concretização do discurso de

² Por ter sido construída ao lado da cidade de Lajeado, Tocantins, regionalmente passou a ser chamada de UHE Lajeado.

modernidade, elaborado ainda no período em que o Brasil era governado pelos militares.

O grupo político que assume o poder no estado, cujo o discurso visava por fim ao “atraso” do Tocantins, recorre ao “velho” plano desenvolvimentista baseado nos grandes empreendimentos, através da construção de hidrelétricas. Tais projetos trazem em seu bojo a proposta de transformar uma determinada região que é considerada atrasada, gerando emprego, melhorando a qualidade de vida e, sobretudo, proporcionando desenvolvimento e progresso

92

Os grandes projetos são usualmente denominados *projetos de desenvolvimento*. Esses projetos, além de envolverem complexos relacionamentos entre o capital financeiro, o industrial e os Estados - Nação em diferentes regiões do planeta, causam enormes desagregação e danos para as populações locais. Eles envolvem uma totalidade complexa de fenômenos humanos. São projetos que desestruturam os modos tradicionais de viver das populações locais, deslocam e relocalizam pessoas e, como medidas compensatórias, implementam uma nova infraestrutura, muitas vezes alheia às tradições, aos costumes e aos desejos das populações atingidas. Assim, a paisagem física e social é alterada e redesenhada, no sentido de se tornar adequada às necessidades do projeto. Os grandes empreendimentos no Brasil são, prioritariamente, implementados em regiões mais afastadas dos grandes centros, onde a população não tem clareza do que sejam esses projetos e muito menos os direitos que possuem (CARVALHO, 2004, p. 19-20).

4. Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães – Usina do Lajeado

A Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães - UHE Lajeado foi construída pela Investco S.A., consórcio formado pelo Grupo REDE, EDP, CEB e CMS Energiza. Na época, um dos mais arrojados projetos hidrelétricos do país, a UHE Lajeado foi construída em tempo recorde - apenas 39 meses - constituindo-se num marco do Setor Elétrico: o maior empreendimento de geração realizado exclusivamente pela iniciativa privada no Brasil.

O empreendimento possibilitou a implantação de 34 programas ambientais e a criação de 6.200 empregos temporários diretos. A conclusão dessa obra grandiosa, em 2001, proporcionou a independência energética do Estado do Tocantins e energia excedente para o Sistema Interligado Nacional - SIN.

A Eletrobrás inicia o inventário do Rio Tocantins através do estudo sistemático do seu

aproveitamento hidrelétrico em 1972, dois anos depois a Eletronorte realiza os estudos técnicos econômicos e ambientais. Em 1995, o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DENAEE, autoriza a Companhia de Energia Elétrica do Tocantins - Celtins a realizar os estudos do Médio Tocantins, direcionando-os para o Projeto Lajeado, concluídos em junho do mesmo ano. A criação do “Consórcio Lajeado” do qual fazem parte: a Celtins – Cia. de Energia Elétrica do Estado do Tocantins; EEVP – Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A; EDP – Eletricidade de Portugal S.A.; CEB – Cia Energia de Brasília e CPEE – Cia Paulista de Energia Elétrica que concorrerá à licitação da obra é formalizado em 1996.

O lançamento do edital para a construção da usina foi feito pelo então Ministro das Minas e Energia, Raimundo Brito, em Palmas, em agosto de 1996. Em novembro do mesmo ano é criada a INVESTCO S.A., composta pelas empresas participantes do Consórcio Lajeado, que vence a licitação. O lançamento da pedra fundamental da usina ocorreu em julho de 1988, sendo celebrado o acordo para a participação da Eletrobrás no empreendimento. Já em outubro do mesmo ano é concluída a primeira fase do desvio do rio Tocantins. Em maio de 2001 foi acionada a primeira unidade geradora e, nos meses de março, maio, julho e dezembro de 2002 entraram em operação as outras quatro unidades geradoras da Usina do Lajeado.

A construção da UHE – Lajeado, no rio Tocantins, faz parte do plano de desenvolvimento integrado ao sistema energético de Tucuruí (PA) e Serra da Mesa (GO). É a primeira hidrelétrica brasileira privada, construída com auxílio financeiro público.

Em 5 de outubro de 2001, o Tocantins comemorava o seu décimo terceiro aniversário e, nesse mesmo dia, era acionada a primeira turbina da usina Luís Eduardo Magalhães, UHE Lajeado. Na ocasião, o então presidente Fernando Henrique Cardoso, presente no evento, diz em seu discurso: **“O Tocantins virou mar, virou mundo”** (CARVALHO, 2004, p.22). Segundo ele, com essa usina e outras que serão construídas, o estado do Tocantins vai “inundar o Brasil de eletricidade”.

A quinta e última turbina da usina do Lajeado entrou em operação em janeiro de 2003.

5. A bacia hidrográfica do rio Tocantins

Pelo Decreto n.º 74279, de 11 de julho de 1974, o Presidente Ernesto Geisel outorgou

a Eletronorte a concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica do rio Tocantins. Já estava traçada a prioridade para os aproveitamentos hidrelétricos de Tucuruí, no estado do Pará, e São Félix, no estado de Goiás (MILAGRE, 2003, p. 29-30).

O rio Tocantins foi dividido em três trechos:

- 1) No alto Tocantins foram selecionados os trechos entre a foz do rio São Félix (GO) até a confluência dos rios Almas e Maranhão (TO);
- 2) No trecho médio foram selecionados locais abaixo da confluência dos rios Almas e Maranhão (TO) até a cidade de Carolina (MA), na margem direita;
- 3) O baixo Tocantins, compreendendo o rio entre a cidade de Carolina (MA) até a sua foz no rio Pará, na região de Belém (PA).

As empresas de estudos e projetos para realização de UHEs surgem no Brasil no período compreendido entre 1955 e 1965. Até então os estudos eram realizados por empresas sediadas na Europa ou América do Norte. No início da década de 1960 as empresas estaduais de energia elétrica estimulam a criação de empresas locais de estudos e projetos, um mercado que se consolida com o surgimento da Eletrobrás, em 1963.

Diante das decisões governamentais e empresariais da década de 1970, o Brasil tinha que explorar seu potencial hidráulico para que pudesse exportar e crescer industrialmente. As Centrais Elétricas Brasileiras S. A, federal – ELETROBRÁS, iniciou estudos de aproveitamentos hidrelétricos no rio Tocantins a partir do ano de 1973 e o foco central que interessava era o baixo Tocantins (MILAGRE, 2003, p.9).

Na primeira gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-1998), o Governo Federal argumentava que não havia condições de construir usinas de grande porte e que, com o processo de reestruturação do setor elétrico, a partir de 1995, os grupos privados poderiam participar das licitações de usinas hidrelétricas. Na Bacia do Tocantins a decisão federal foi reativar a construção da usina Serra da Mesa, em Goiás, que estava paralisada por falta de recursos, desde 1987 (MILAGRE, 2003, p.10).

6. O Rio Tocantins

Na primeira estrofe do poema Porto Submerso, Pedro Terra retrata o que ocorreu com o rio Tocantins, após a construção da UHE Lajeado.

Um rio quando barragem tem a espinha quebrada.
Vira um rio paralítico, feito um animal vivo.
Que morre só a metade:
A outra metade viva pulsando solta,
Como veia aberta à foice...

A população do antigo povoado Canela tinha uma relação intensa com o rio Tocantins, pois a vida desse povo estava diretamente ligada ao rio, como destaca Dona Noca:

“O rio era muito bom, nós tinha o peixe, era bom demais. Lá a gente passava bem, graças a Deus”.

Além de fornecer o peixe e abastecer as casas, no verão quando os córregos próximos às residências secavam, o rio também era local de diversão em que adultos e crianças tomavam banho e passeavam nas suas canoas.

7. A relocação para o Plano Diretor de Palma

Existiam no povoado Canela cento e noventa e sete famílias proprietárias de lotes. Para a Arne 64, em Palmas, mudaram-se somente 72 famílias. As demais, segundo Maria Alice, funcionária da Investco S. A, fizeram “opção” por receber indenizações e construir suas casas em outras localidades. As famílias não proprietárias foram relocadas para o setor Santa Bárbara, bairro periférico de Palmas. De acordo com o Plano Básico ambiental, PBA nº 22 da Investco S.A., essas famílias por não serem proprietárias, não têm direitos a indenizações.

Vale ressaltar, que no processo de relocação das famílias não proprietárias, prevaleceu a máxima do capitalismo, “as pessoas valem o quanto tem”. Sobre esse processo, ainda arrisco-me a questionar: por que as famílias não proprietárias foram relocadas justamente para o setor Santa Bárbara que é considerado o bairro com maiores índices de pobreza da capital do Tocantins?

Na Arne 64, as famílias foram relocadas em três etapas, janeiro, abril e agosto de 2001. Segundo Maria de Lurdes Abreu Lima, 51 anos de idade e 46 anos de vida no Canela, isso se deu devido os seguintes motivos: a) as mudanças ocorriam de acordo com o término da construção das casas e; b) baseou-se na resistência ao que foi proposto pelo Consórcio Investco para indenização.

Joana Batista de Araújo (Dona Noca) que nasceu e morou oitenta e sete anos no Canela, lembra do lugar com muitas saudades.

“Se saudade matasse eu não era gente mais não. Eu tenho saudade daquele lugar demais, Ave Maria! Ô que eu tenho saudade do meu lugar, quando eu me lembro eu choro com saudade do meu lugar”.

Há um sentimento de pertencimento dos ex-moradores do antigo Canela com o lugar onde moraram. Todos fazem questão de expressá-lo. Tal sentimento vai além do saudosismo, é algo inerente ao significado do cotidiano de cada um. Todos comparam, no sentido de confrontar, o modo de vida atual com o que eles viviam, anteriormente, no Canela.

João Rodrigues Dias, 65 anos de idade, 30 anos morando no Canela, também se recorda do lugar fazendo comparação entre os dois modos de vida.

“Se o Canela secasse eu voltava para lá. A minha vida era outra, era muito diferente. Lá eu não comprava quase nada”.

8. Uma abordagem geográfica

O conceito de lugar em Geografia tomou inúmeras interpretações, tendo sempre a necessidade de adjetivá-lo, a saber: lugar da existência, da co-existência, da co-presença, da solidariedade, do acontecer solidário, da dimensão do espaço cotidiano, do singular e do subjetivo. O lugar, de maneira geral, é um espaço sensato, isto é, apropriado ao nosso sentido. Um espaço que nos convém, um espaço sensível (SOUZA,1997).

O estudo do lugar passou por mudanças ao longo do tempo com a sucessão das diferentes correntes teóricas da Geografia. Passou a ser, efetivamente, tratado como categoria de análise essencial da disciplina a partir do desenvolvimento dos estudos da Geografia Humanista, quando alguns autores desenvolveram uma visão mais profunda e complexa das relações que o sujeito estabelece com o seu lugar a partir das vivências do cotidiano. O lugar é visto como o *locus* do sujeito que o constrói, ao mesmo tempo em que constitui a si mesmo se relacionando com o mundo e com a coletividade social.

É possível identificar nos depoimentos dos moradores do antigo povoado Canela a dimensão do lugar solidário construído na convivência do dia a dia. O lugar de vivência, o lugar da existência e da co-existência, o espaço em que se constrói identidade.

Segundo Santos, o lugar (1999a) é depositário final dos eventos. Apesar de a sociedade deparar-se com um conjunto de acontecimentos que ultrapassam as fronteiras do local. A identidade do lugar tem relação com o espírito deste, cujo enraizamento e o sentimento de familiaridade dependem das qualidades físicas e das mudanças que as gerações

humanas lhe atribuem (HOLZER, 1997).

9. Considerações finais

Pautados na revisão da literatura, constatamos que o mais prejudicial de todos os programas de desenvolvimento no Brasil tenha sido o dos projetos hidrelétricos. O moderno sistema industrial depende de recursos naturais numa dimensão desconhecida a qualquer outro sistema social da história da humanidade.

A população humana atingida pelos grandes empreendimentos hidrelétricos sofre não apenas com o desconforto da mudança, mas sim em todos os aspectos socioeconômico e cultural. O discurso dos empreendedores nos diz que as hidrelétricas vêm trazer para o país e para uma região a esperança de salvação da economia, da integração do mundo, a segurança do progresso. Contudo, constituem símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade, vem exatamente destroçar a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais.

Todo o processo de relocação é um processo com perdas e danos para os atores nele envolvidos. Um processo deste tipo pode parecer trivial para o olhar desavisado ou tecnicista. No entanto, sempre envolve um intrincado jogo de territorialidades e simbolismos que, por estarem contidos em um único e traumático sistema, podem ser melhores decodificados pela pesquisa empírica do que outras análises menos evidentes. Assim, é necessário estudar de uma forma totalizadora, avaliando não apenas efeitos considerados diretos, mas considerando efetivamente o conjunto de efeitos concretos do empreendimento, sua lateralidade, implicações e os desdobramentos que dele resultam.

Por ter que sair, compulsoriamente, a população modifica as relações sociais do seu grupo de origem, altera a organização e a divisão do trabalho familiar, o lugar de cada um. O que encontra no novo lugar, não é aquilo que deixou. Ela nem mesmo se reencontra porque já é outra, procurando ser a mesma. Já não pode ver o mundo da mesma maneira que via antes.

Nesse sentido, faz-se urgente não somente propor novos modelos de planejamento, como obter um espaço discursivo que faça frente ao domínio institucional. Para isso, é preciso elaborar todo um novo grupo de conceitos que priorize o bem estar e retire as comunidades do domínio da subjetividade capitalista.

Ao realizar esse trabalho foi possível perceber os impactos causados à população do

antigo povoado Canela, a partir da mudança para o Plano Diretor de Palmas, em decorrência da construção da Usina Luís Eduardo Magalhães, UHE Lajeado. Foi possível compreender o sentimento de pertencimento da população com o lugar perdido.

O povoado Canela era frequentemente lugar de referência da parentela que nele residia. As relações entre vizinhos no interior do povoado eram anteriormente caracterizadas pelas regras de convivência e solidariedade construídas ao longo do tempo por famílias que se conheciam mutuamente. A mudança da população do Canela significou a supressão de antigas relações, que antes eram base para sobrevivência.

98

10. Bibliografia

ALTVATER, Elmar. **O preço da riqueza: ilhagem ambiental e a Nova Ordem Mundial**. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

BRASÍLIA (DF). Ministério do Interior. Governo do Estado de Goiás. **Prodiat. Desenvolvimento da Bacia do Araguaia-Tocantins**. Brasília, 1982.

CAVALCANTE, Maria do espírito Santo Rosa. **O discurso autonomista do tocantins**. Goiânia: Editora UCG, 2003.

HOLZER, Werther. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. In: **Território**. Rio de Janeiro: Garamond – LAGET/UFRJ, 1997

MILAGRE, Rubens Araújo. **Uma retrospectiva do sistema elétrico na Bacia do Rio Tocantins, com estudo de caso na Região do Lajeado, Palmas, Porto Nacional, TO, 1996 – 2003**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Campinas, UNICAMP, Campinas-SP, 2003.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória:c**. São Paulo: Ed. Contexto, 1992.

RELATÓRIO DO GRUPO REDE. **Histórico da construção da Usina do Lajeado**. Palmas, 2002.

RIMA, **Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente – UHE Lajeado, PBA n.22**, Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins (CELTINS), Palmas, 1996.

SANTOS, Milton. Guerra dos Lugares. **Folha de São Paulo**, 8/8/1999a.

_____. **O território e o saber local: algumas categorias de análise**. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, ano XIII, nº 2, 1999b.

SOUZA, Maria Adélia de. **O lugar de todo mundo**. A Geografia da Solidariedade. Conferência feita no I Encontro Internacional de Geografia da Bahia. 1997.

Recebido para publicação em junho de 2017.

Aprovado para publicação em julho de 2017.